

CONTRATO PÚBLICO DE SOLUÇÃO INOVADORA – CPSI N.º _____, QUE ENTRE SI FIRMAM, DE UM LADO, A CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, E, DE OUTRO, A/O _____.

Pelo presente instrumento, a **CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF**, instituição financeira sob a forma de Empresa Pública, constituída nos termos do Decreto-Lei nº 759, de 12/08/1969, regida pela Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, Lei nº 13.303, de 30/06/2016, Decreto nº 8.945, de 27/12/2016, , e pelo Estatuto Social da Caixa Econômica Federal, por intermédio da Centralizadora Nacional Contratações Inovadoras e Concorrenciais – CECIC – inscrita no CNPJ (MF) sob o nº 00.360.305/5649-03, situada no Setor Bancário Sul, Quadra 1, Lote 2, Bloco L, 13º andar - Asa Sul – Brasília, - CEP 70070-110, neste ato representada pelo(a) _____ *[indicar e qualificar o representante da CAIXA, informando também os dados da procuração que concede poderes de representação]*, daqui por diante designada **CAIXA**, de um lado, e, de outro, a empresa *[pessoa ou o consórcio]* _____ *[indicar o nome da empresa, da pessoa ou do consórcio, em caixa-alta e negrito]*, inscrita no CNPJ(MF) [ou CPF] sob o nº _____ *[em caso de consórcio deverá ser informado o CNPJ do consórcio constituído]* com sede na _____ *[indicar o endereço completo, inclusive CEP]*, neste ato representada por _____ *[caso se trate de empresa ou consórcio, indicar e qualificar o representante da contratada]*, doravante designado/a **CONTRATADO/A**, *[incluir em caso de consórcio: sendo o referido consórcio constituído pela empresa líder _____ (indicar o nome da empresa líder do consórcio, em caixa-alta e negrito), inscrita no CNPJ(MF) sob o nº _____, com sede na _____ (indicar o endereço completo, inclusive CEP), e pela(s) empresa(s) _____ (indicar nome, CNPJ e endereço completo das demais empresas que constituem o consórcio), doravante designadas **CONSORCIADAS]***, em face da autorização do(a) _____ *[indicar o nome e cargo do autor da autorização]* _____ da CAIXA *[ou nos casos de autorização colegiada informar o ato/nº da Resolução e/ou Ata, p. ex.: em face da autorização do Conselho Diretor da CAIXA, conforme Ata nº____, de ____/____/____, constante do Processo Administrativo nº _____]*, têm justo e contratada a Solução Inovadora objeto deste instrumento, vinculado ao respectivo edital e seus anexos e à proposta apresentada pelo/a CONTRATADO/A, sujeitando-se as partes contratantes às normas constantes da Lei nº 13.303, de 30/06/2016, e suas alterações posteriores, do Regulamento de Licitações e Contratos da CAIXA, da Lei Complementar nº 182, de 01/06/2021, e aos preceitos de Direito Privado, bem como pelas cláusulas e condições que se seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente CPSI tem por objeto o desenvolvimento e a experimentação de solução inovadora visando ao desenvolvimento e à experimentação de solução digital inovadora destinada à modernização e monetização do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil – SINAPI, a ser desenvolvida para a CAIXA em modelo *Software as a Service* (SaaS), com arquitetura aberta, escalável e interoperável. A solução deverá contemplar, no mínimo, mecanismos de disponibilização estruturada dos dados do SINAPI, recursos de consulta interativa, APIs documentadas, integrações com plataformas governamentais (com destaque

para o TransfereGov), interoperabilidade com padrões BIM/IFC, e ferramentas inteligentes de apoio à elaboração de orçamentos, inclusive com emprego de técnicas de inteligência artificial e automação, nos termos das diretrizes estabelecidas no Termo de Referência.

PARÁGRAFO ÚNICO – A especificação pormenorizada do objeto do presente CPSI, contendo o detalhamento dos objetivos, das metas, resultados a serem atingidos, cronograma de execução, critérios de avaliação de desempenho, indicadores de resultados, previsão de eventuais receitas e despesas, bem como as obrigações e responsabilidades específicas, estão indicadas no Termo de Referência – Anexo I, da proposta apresentada pela CONTRATADO/A e no Plano de Trabalho acordado entre as partes, que integram e complementam este instrumento. *(Adaptar a redação conforme o caso. Excluir inciso(s) e incluir outro(s) específico(s) ao objeto, se necessário, observando-se o disposto na LC 182/2021)*

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

São obrigações da CONTRATADO/A, além das demais previstas neste contrato e anexos:

- I Realizar o objeto deste contrato na forma ajustada, por intermédio de pessoas idôneas/tecnicamente capacitadas, obrigando-se a indenizar a CAIXA, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte. A responsabilidade estender-se-á aos danos causados a terceiros decorrentes da realização do objeto deste contrato;
- II Se for o caso, recrutar e contratar a mão de obra necessária, em seu nome e sob sua responsabilidade, sem qualquer solidariedade da CAIXA, cabendo-lhe efetuar todos os pagamentos, inclusive os relativos aos encargos previstos na legislação trabalhista, previdenciária e fiscal, bem como de seguros e quaisquer outros decorrentes de sua condição de empregadora, assumindo, ainda, total responsabilidade pela coordenação e supervisão dos encargos administrativos de seus empregados, tais como: treinamentos, controle, fiscalização e orientação técnica, controle de frequência, ausências permitidas, licenças autorizadas, férias, punições, admissões, demissões, transferências, promoções, etc.;
- III Se for o caso, manter preposto para orientar, coordenar, acompanhar, supervisionar e resolver quaisquer questões pertinentes à execução do contrato, para correção de situações adversas e para o atendimento tempestivo das solicitações da CAIXA, bem como para que a CAIXA se reporte no caso de encaminhamento de medidas necessárias ao cumprimento da legislação pertinente à segurança e saúde no trabalho, o qual deverá ser formalmente indicado pelo/a CONTRATADO/A, no ato da assinatura do contrato;

- IV Conferir e atestar as atividades referentes ao objeto deste contrato, garantindo que atinjam o nível de adequação avençado, bem como as demais condições estabelecidas, responsabilizando-se por quaisquer prejuízos que suas falhas ou imperfeições venham causar à CAIXA ou a terceiros, de modo direto ou indireto, além de realizar novamente atividades/tarefas incorretas, se for o caso, sem quaisquer ônus para a CAIXA;
- V Diligenciar para que seus empregados tratem com urbanidade o pessoal da CAIXA, clientes, visitantes e demais contratados;
- VI Dar ciência à CAIXA, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar na realização do objeto do presente contrato;
- VII Prestar os esclarecimentos que lhe forem solicitados, atendendo prontamente a todas as convocações e apontamentos da CAIXA;
- VIII Pagar com pontualidade aos seus empregados o salário e benefícios indicados na sua proposta/projeto;
- IX Assumir todas as despesas e ônus relativos ao pessoal e quaisquer outros oriundos, derivados ou conexos com este contrato, ficando ainda, para todos os efeitos legais, consignado/a, pelo/a CONTRATADO/A, a inexistência de qualquer vínculo empregatício entre seus empregados/prepostos e a CAIXA;
- X Agir com total diligência em eventuais reclamações trabalhistas promovidas por seus empregados que estejam ou, em algum momento, estiveram envolvidos na realização do objeto deste contrato, comparecendo em todas as audiências designadas, apresentando as necessárias contestações e recursos cabíveis, ainda que extinto este contrato. A omissão do/a CONTRATADO/A, nas demandas dessa natureza, será considerada falta grave, sujeitando-se à aplicação das sanções cabíveis, assegurada a prévia defesa;
- XI Indenizar todas as despesas e custos financeiros que porventura venham a ser suportados pela CAIXA, por força de sentença judicial que reconheça a responsabilidade subsidiária ou solidária da CAIXA por créditos devidos aos empregados do/a CONTRATADO/A, ainda que extinta a relação contratual entre as partes;
- XII Assumir total responsabilidade sobre toda infraestrutura que porventura seja colocada à disposição para a realização do objeto deste contrato, a exemplo de equipamentos, móveis e utensílios, garantindo-lhe a integridade e ressarcindo a CAIXA das despesas com manutenção corretiva decorrentes de má utilização, ou restituindo o bem ou o seu correspondente valor, no caso de perda;
- XIII Informar à CAIXA, para efeito de controle de acesso às suas dependências, os nomes, os respectivos números da carteira de identidade e CPF(MF) dos

empregados envolvidos na realização do objeto deste contrato, inclusive daqueles designados pelo/a CONTRATADO/A para exercer atribuições de supervisão, coordenação e controle operacional em relação ao respectivo contingente envolvido no objeto deste ajuste. Da mesma forma, faz-se necessária a comunicação de todas as ocorrências de afastamento definitivo, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, e novas admissões de empregados, até o dia do início do trabalho;

- XIV Manter seus empregados, quando em serviço nas dependências da CAIXA, com as vestimentas e acessórios em perfeito estado de conservação e identificados com crachá;
- XV Manter, sob as penas da lei, o mais completo e absoluto sigilo sobre quaisquer dados, informações, documentos, especificações técnicas e comerciais da CAIXA, de que venha a tomar conhecimento, ter acesso ou que lhe tenham sido confiados, sejam relacionados ou não com o objeto deste contrato;
- XVI Obedecer às normas e rotinas da CAIXA, bem como à legislação aplicável, em especial, as que disserem respeito à segurança e saúde no trabalho, assumindo todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrências da espécie, forem vítimas os seus empregados no desempenho ou em conexão com as atividades do objeto deste contrato, ainda que verificadas nas dependências do/a CONTRATADO/A;
- XVII Dispor-se a toda e qualquer fiscalização da CAIXA, no tocante à realização do objeto deste contrato, assim como ao cumprimento das obrigações previstas neste instrumento;
- XVIII Fiscalizar o perfeito cumprimento das atividades/tarefas a que se obrigou neste contrato, cabendo-lhe integralmente os ônus decorrentes;
- XIX Orientar os seus empregados, treinando-os e reciclando-os periodicamente, tanto no aspecto técnico, como no relacionamento humano, visando a mantê-los plenamente aptos ao perfeito desenvolvimento de suas funções, observadas as exigências avençadas;
- XX Estruturar-se de modo compatível e prover toda a infraestrutura necessária à realização do objeto deste contrato, com a qualidade e rigor exigidos, garantindo a sua supervisão desde a implantação;
- XXI Fornecer aos seus empregados todos os equipamentos, recursos materiais e condições necessários para o desenvolvimento de suas funções, exigidos por legislação ou norma do trabalho específica, inclusive, quando for o caso, disponibilizar “e-mail”, sendo vedada a utilização da conta de “e-mail” da CAIXA;

- XXII Manter, durante o prazo contratual, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no procedimento de licitação;
- XXIII Manter perante a CAIXA, durante a vigência do contrato, seu endereço comercial completo (logradouro, cidade, UF, CEP), endereço eletrônico, telefone, e nome dos seus representantes sempre atualizados, para fins de comunicação e encaminhamento de informações e documentos, inclusive os relativos a tributos, em face da condição da CAIXA de substituta tributária;
- XXIV Diligenciar para que seus empregados, quando em serviço na CAIXA, apresentem-se em condições adequadas de descanso, de alimentação, de estado de alerta, entre outras, físicas e mentais, que garantam a segurança de todos no ambiente da CAIXA, sejam clientes, empregados ou terceirizados;
- XXV Observar estritamente a vedação ao nepotismo, nos termos da declaração anexa, que integra este contrato.
- XXVI Observar a reserva de cargos prevista em lei para pessoas com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação.
- XXVII Manter conduta pautada por elevados padrões de ética e integridade, capaz de assegurar relações sustentáveis, compatíveis com a legislação e o interesse público, observando com rigor as premissas norteadoras de comportamento estabelecidas no Código de Conduta do Fornecedor CAIXA, entregue à CONTRATADO/A no ato da assinatura deste instrumento.
- XXVIII Tomar conhecimento dos termos da Lei nº 13.709/2018, Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD, e de suas regulamentações, zelando pela sua estrita observância, assim como garantindo que seus prestadores conheçam e observem o disposto na LGPD no exercício de suas atividades.
- XXIX Providenciar assinatura de Termo de Responsabilidade de Segurança da Informação, anexo a este contrato, de todos os seus prestadores que tiverem acesso a sistemas e informações internas da CAIXA e entregar na GEPAD, Setor Bancário Sul, Quadra 4, Lote 3/4, Ed. Matriz I, 1º andar - Asa Sul – Brasília, - CEP 70070-140 , no prazo de 5 (cinco) dias úteis após a assinatura do contrato, devendo comunicar à CAIXA e realizar o mesmo procedimento quando houver novos prestadores na execução do serviço.
- XXX Aceitar alterações das condições dos serviços inicialmente pactuados no caso de eventuais mudanças estruturais da CAIXA, inclusive transferência da posição contratual para terceiros, quando essas não trouxerem impactos no equilíbrio financeiro do contrato, ou negociar com a CAIXA ou eventual instituição de transição ou adquirente definitivo, garantindo a continuidade da prestação do serviço até o final do contrato.

- XXXI Tomar conhecimento dos termos da Lei nº 12.846/2013 e de suas regulamentações, reconhecendo sua responsabilidade objetiva pelos atos praticados em seu interesse ou benefício, por qualquer pessoa que o represente, bem como adotar as medidas pertinentes no seu âmbito de atuação e influência, para combater a prática de atos lesivos à Administração Pública.
- XXXII Atuar de acordo com Política de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento do Terrorismo da CAIXA (PLDFT), disponível em: <https://www.caixa.gov.br/Downloads/caixa-governanca/Politica-Prevencao-Lavagem-Dinheiro-e-Financiamento-Terrorismo.pdf> e dar ciência a seus empregados do folder (flyer) sobre a PLDFT disponível no Portal de Licitações da CAIXA (https://www.licitacoes.caixa.gov.br/SitePages/pagina_inicial.aspx).
- XXXIII Tomar conhecimento da Política de Prevenção e Combate ao Assédio Moral e Sexual e à Discriminação, disponível no site da CAIXA, no endereço: <https://www.caixa.gov.br/Downloads/caixa-governanca/Politica-de-Combate-ao-Assedio-Moral-Sexual-Discriminacao.pdf> (ou pelo site www.caixa.gov.br, aba “Downloads”, no link “A CAIXA – Governança Corporativa”), e zelar pela sua estrita observância, assim como garantir que seus prestadores a conheçam e a observem no exercício de suas atividades.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

São responsabilidades da CONTRATADO/A, além das demais previstas neste contrato e anexos:

- I Responder por todo e qualquer dano que causar à CAIXA ou a terceiros, ainda que culposos, praticado por seus prepostos, empregados ou mandatários, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pela CAIXA, assegurado o contraditório e a ampla defesa;
- II Responder por qualquer tipo de autuação ou ação que venha a sofrer em decorrência da execução do objeto deste contrato, bem como pelos contratos de trabalho de seus empregados, mesmo nos casos que envolvam eventuais decisões judiciais, assegurando à CAIXA o exercício do direito de regresso, eximindo a CAIXA de qualquer solidariedade ou responsabilidade;
- III Arcar com quaisquer multas, indenizações ou despesas impostas à CAIXA, por autoridade competente, em decorrência do descumprimento de lei ou de regulamento a ser observado na execução do objeto deste contrato pela CONTRATADO/A, as quais serão reembolsadas à CAIXA.
- IV Responder, por força da lei, civil e penalmente, pela indevida divulgação e descuidada ou incorreta utilização dos dados, informações ou documentos de qualquer natureza, exibidos, manuseados, os quais deve guardar sigilo, sem prejuízo da responsabilidade por perdas e danos a que der causa.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CAIXA

A CAIXA obriga-se a:

- I Fornecer as informações, esclarecimentos e infraestrutura tecnológica necessários para a fiel execução do contrato;
- II Notificar formalmente a CONTRATADO/A de qualquer irregularidade encontrada no serviço contratado, oportunizando justificativa;
- III Efetuar os pagamentos devidos nas condições estabelecidas neste contrato;
- IV Indicar o representante da CAIXA responsável pela fiscalização e acompanhamento da execução do contrato;
- V Exercer a fiscalização e acompanhamento do contrato por intermédio do representante especialmente designado.

CLÁUSULA QUINTA – DA REPONSABILIDADE SOCIAL, AMBIENTAL E CLIMÁTICA

A CONTRATADO/A deve incorporar a responsabilidade social, ambiental e climática na estratégia, gestão, negócios, produtos, serviços, processos, operações, atividades e no relacionamento com as partes interessadas, no intuito de promover a sustentabilidade e o desenvolvimento sustentável e obriga-se a:

- I Realizar o engajamento e o incentivo a boas práticas socioambientais de seus funcionários, clientes, fornecedores e demais *stakeholders*.
- II Cumprir as leis, decretos, regulamentos, portarias e normas Federais, Estaduais e Municipais, instruções e resoluções, direta e indiretamente aplicáveis ao objeto do contrato, inclusive por suas subcontratadas, no que tange às atividades voltadas à responsabilidade social, ambiental e climática e ao gerenciamento do risco social, ambiental e climático.
- III Observar os impactos decorrentes das suas atividades, processos, produtos e/ou serviços, com relação à(ao):
 - a) Combate ao trabalho análogo a escravo, ao trabalho infantil, à exploração sexual e à violação dos direitos e garantias fundamentais e atos lesivos ao interesse comum;
 - b) Cumprimento das obrigações trabalhistas e Normas Regulamentadoras de Saúde e Segurança Ocupacional;
 - c) Promoção de práticas de diversidade e inclusão;
 - d) Eficiência no consumo de energia e de recursos naturais;

- e) Gestão adequada de resíduos.
- IV Participar das iniciativas de engajamento em mudanças climáticas e/ou segurança hídrica, quando convidado pela CAIXA.
 - a) A CAIXA realizará convite formal para que o/a CONTRATADO/A se comprometa a participar, como forma de incrementar os seus conhecimentos sobre responsabilidade social, ambiental e climática, e possa incorporar progressivamente tais políticas à estratégia e gestão de seus negócios, produtos, serviços e processos.
- V Responder a pesquisa implementada pelo CDP – *CARBON DISCLOSURE PROJECT*, que trata sobre mudanças climáticas e segurança hídrica ou outra que vier a substituí-la futuramente, sempre que convocado pela CAIXA.
 - a) A CAIXA viabilizará, junto ao CDP, agenda(s) anuais com o/a CONTRATADO/A para esclarecimentos sobre o preenchimento do questionário.
- VI Atuar na prevenção de impactos ambientais e climáticos gerados por seus processos, produtos e serviços e na mitigação, correção ou compensação, quando identificados.
- VII Proteger e preservar o meio ambiente, prevenindo práticas danosas e executando seus serviços em observância à legislação vigente pertinente à responsabilidade social, ambiental e climática, principalmente no que se refere aos crimes ambientais.
- VIII Autorizar a CAIXA a realizar visitas de vistoria às instalações do/a CONTRATADO/A, quando solicitado pela CAIXA ou em decorrência de suspeita e/ou denúncia relativas ao descumprimento de obrigações de responsabilidade social, ambiental e climática, assumidas pelo/a CONTRATADO/A para a execução do objeto contratual.

CLÁUSULA SEXTA – SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

São responsabilidades do/a CONTRATADO/A, além das demais previstas neste contrato e anexos:

- I Conhecer e cumprir a Política de Segurança e Informação da CAIXA, disponibilizada no site da CAIXA (<https://www.caixa.gov.br/Downloads/caixa-governanca/politica-seguranca-informacao.pdf>);
- II Proteger as informações corporativas da CAIXA e de seus clientes contra acesso, modificação, destruição ou divulgação não autorizada, mantendo a sua confidencialidade;
- III A CONTRATADA está ciente de que deve guardar por si, por seus empregados, ou prepostos, em relação aos dados, informações ou documentos de qualquer natureza, exibidos, manuseados, ou que, por qualquer forma ou modo, venham

tomar conhecimento, o mais completo e absoluto sigilo, em razão dos serviços a serem confiados, ficando, portanto, por força da lei, civil e penalmente, responsável por sua indevida divulgação e descuidada ou incorreta utilização, sem prejuízo da responsabilidade por perdas e danos a que der causa;

- IV Garantir que seus empregados e colaboradores respeitem os ambientes físicos e demais locais sinalizados como área restrita, cumprindo todas as definições e proibições de registros fotográficos, gravações de áudio, vídeo, bem como as restrições de compartilhamento desses materiais em qualquer mídia ou rede social;
- V Garantir que as práticas de segurança da informação por ela executadas sejam divulgadas e exigidas de todos os componentes de sua cadeia de suprimento;
- VI Assegurar que os recursos e informações da CAIXA colocados à sua disposição sejam utilizados apenas para a finalidade contratada;
- VII Garantir que os sistemas e as informações sob sua responsabilidade estejam adequadamente protegidos;
- VIII Cumprir as Leis e normas que regulamentam a propriedade intelectual e direitos autorais;
- IX Atender às Leis que regulamentam a atividade da CAIXA e seu mercado de atuação;
- XII O/a CONTRATADO/A é obrigado/a a informar à CONTRATANTE sobre qualquer incidente de acessos não autorizados aos dados pessoais, bem como situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, para que a CAIXA possa adotar as providências cabíveis;
- XIII Encerrado este contrato ou o objeto que implica o tratamento de dados pessoais for alcançado, tais dados deverão ser eliminados, incluindo todas e quaisquer cópias existentes, seja em formato físico ou digital, salvo nos casos de conservação autorizados pela Lei nº 13.709/2018.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA REMUNERAÇÃO

Pelo perfeito cumprimento do objeto deste contrato, incluindo o Plano de Trabalho acordado, e obedecidas as demais condições estipuladas neste instrumento, a CAIXA pagará à CONTRATADO/A o valor de **R\$ (por extenso)**, conforme o modelo de remuneração a ser escolhido durante a fase de negociação.

[Ajustar a descrição do modelo de remuneração acordado durante a negociação. Conforme LC nº182/21, poderão ser empregados os seguintes critérios de remuneração:

I - preço fixo;

II - preço fixo mais remuneração variável de incentivo;

III - reembolso de custos sem remuneração adicional;

IV - reembolso de custos mais remuneração variável de incentivo; ou

V - reembolso de custos mais remuneração fixa de incentivo.

Em caso de divisão da execução em etapas, cada etapa poderá adotar critérios distintos.]

[Caso tenha sido acordado o adiantamento do pagamento, mediante justificativa expressa, conforme Art. 14, § 7º e 8º da LC 182/2021, incluir os itens abaixo, ajustando a numeração, conforme o caso].

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A fim de garantir meios financeiros para implementação da etapa inicial do projeto, serão antecipados os valores correspondentes a [indicar valores referentes à parcela adiantada] após assinatura do contrato.

- a) Caso haja inexecução injustificada referente à etapa inicial, será exigida a devolução do valor antecipado ou serão efetuadas glosas necessárias nos pagamentos subsequentes, se houver.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Os recursos financeiros ora acordados se destinam única e exclusivamente ao objeto do presente contrato, os quais serão depositados em conta específica, conforme CLÁUSULA SÉTIMA.

PARÁGRAFO TERCEIRO – À exceção do desembolso pactuado no *caput* desta CLÁUSULA SEXTA, nenhuma outra responsabilidade financeira será imputada à CAIXA, no que tange ao presente contrato ou a eventuais serviços de terceiros relacionados ao objeto do presente ajuste.

PARÁGRAFO QUARTO – O valor do presente contrato não será objeto de reajuste.

CLÁUSULA OITAVA – DA FORMA DE PAGAMENTO

O(s) pagamento(s) será(ão) efetuado(s) na forma a seguir, condicionado(s) à comprovação do cumprimento das condições pactuadas na CLÁUSULA SÉTIMA.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Após a verificação do cumprimento das condições avançadas, a CAIXA efetuará o pagamento no 10º (décimo) dia útil subsequente à apresentação do correspondente documento fiscal, mediante crédito em conta corrente mantida pelo/a CONTRATADO/A, obrigatoriamente, em agência da CAIXA.

[Adequar as disposições do § 2º, a seguir, conforme a necessidade (ou não) do caso concreto.]

PARÁGRAFO SEGUNDO – Além das informações exigidas na legislação aplicável e regulamentações dos órgãos competentes, o documento fiscal deve conter ainda:

- a) A identificação completa da CAIXA, para o CNPJ/CPF [indicar o CNPJ/CPF para quais os documentos fiscais devem ser emitidos, de acordo com as informações fornecidas pelo gestor demandante] informado pelo gestor operacional do contrato no momento de solicitação do faturamento, na qualidade de CONTRATANTE, bem como o número do processo administrativo que originou a contratação e número do contrato;

- b) Descrição de todos os serviços/itens que compõem o respectivo documento fiscal de forma clara, indicando, inclusive, os valores unitários e totais, o período a que se refere, bem como, a(s) unidade(s) da CAIXA contemplada(s) com os serviços, e o Município, com respectiva Unidade Federativa – UF, onde é prestado o serviço.

PARÁGRAFO TERCEIRO – O documento fiscal não aprovado pela CAIXA será devolvido ao/à CONTRATADO/A para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo de pagamento da data de sua reapresentação. A devolução do documento fiscal não aprovado pela CAIXA em hipótese alguma autorizará o/a CONTRATADO/A a suspender a execução dos serviços ou a deixar de efetuar os pagamentos devidos aos seus empregados.

PARÁGRAFO QUARTO – A CAIXA fará as retenções dos tributos e contribuições sociais/previdenciárias, quando exigidas legalmente, em conformidade com a legislação vigente. As retenções não serão efetuadas caso o/a CONTRATADO/A se enquadre em hipótese excludente prevista em legislação, devendo, para tanto, apresentar a documentação pertinente ou declaração que comprove essa condição. Também não ocorrerá a retenção caso o/a CONTRATADO/A esteja amparada por medida judicial, que determine a suspensão do pagamento dos referidos tributos e/ou das contribuições previdenciárias, devendo apresentar à CAIXA, a cada pagamento, a documentação que comprove essa situação.

PARÁGRAFO QUINTO – Quando houver a prestação de serviço em município, cuja Lei Municipal atribua à CAIXA a responsabilidade pela retenção do ISSQN na fonte e, por conseguinte, o respectivo repasse, o/a CONTRATADO/A é obrigada a faturar os serviços, separadamente, por Município, emitindo quantas notas fiscais/faturas forem necessárias, independentemente de o/a CONTRATADO/A estar ou não nele estabelecido/a e da sua situação cadastral na localidade onde os serviços estão sendo prestados.

PARÁGRAFO SEXTO – Os encargos sofridos pela CAIXA por atraso no repasse de obrigações tributárias de qualquer natureza, bem como das contribuições à Previdência, quando for o caso, decorrentes do atraso na entrega do documento fiscal pelo/ CONTRATADO/A, serão cobrados diretamente do/a CONTRATADO/A.

PARÁGRAFO SÉTIMO – O/a CONTRATADO/A, além de manter as condições de habilitação durante toda a vigência do contrato, deverá se manter regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, para verificação da sua regularidade fiscal, no âmbito Federal, bem como com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), exigidas no procedimento de contratação.

PARÁGRAFO OITAVO – A critério e conveniência da CAIXA, será efetuada consulta ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, para verificação da regularidade do/a CONTRATADO/A.

PARÁGRAFO NONO – Constatada a situação de irregularidade, a CAIXA efetivará o pagamento devido pelos serviços prestados, contudo, o/a CONTRATADO/A será comunicado/a por escrito para que regularize sua situação no prazo de 05 (cinco) dias úteis, sendo-lhe facultada a apresentação de defesa, no mesmo prazo, sob pena das sanções cabíveis e, não havendo regularização, rescisão do contrato. *[Somente incluir este parágrafo, caso o pagamento não seja efetuado em parcela única]*

PARÁGRAFO DÉCIMO – Nenhum pagamento isentará o/a CONTRATADO/A das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva dos serviços.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO – O não pagamento do documento fiscal, por culpa exclusiva da CAIXA, no prazo estabelecido neste contrato, enseja a atualização do respectivo valor pelo IGP-M – Índice Geral de Preços de Mercado, da Fundação Getúlio Vargas, utilizando-se a seguinte fórmula:

$$\text{VAT} = \frac{\text{VIN}}{\text{IDI}} \times \text{IDF, na qual:}$$

VAT = valor atualizado

VIN = valor inicial

IDI = IGP-M/FGV na data inicial

IDF = IGP-M/FGV na data final

CLÁUSULA NONA – DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

O presente CONTRATO terá a duração de 12 (meses), a contar da data de sua assinatura.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O presente contrato poderá ser prorrogado, mediante acordo entre as partes, por até mais 12 (doze) meses.

PARÁGRAFO SEGUNDO – A prorrogação dar-se-á por apostilamento, quando houver manifestação formal e expressa do/a CONTRATADO/A e não houver alteração das demais disposições contratuais, dispensando-se a assinatura do/a CONTRATADO/A. Caso a prorrogação esteja acompanhada de alterações contratuais que impliquem modificação das obrigações pactuadas, tais ajustes serão formalizados por meio de termo aditivo.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA FISCALIZAÇÃO

No curso da execução deste contrato caberá à CAIXA, diretamente ou por quem vier a indicar, o direito de fiscalizar a fiel observância das disposições deste instrumento.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A CAIXA, sempre que entender pertinente, realizará consulta ao Registro do CEIS/CNEP/CEPIM (Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas e Cadastro Nacional das Empresas Punidas/ Cadastro de Entidades Privadas sem fins Lucrativos Impedidas), para verificar se existe ocorrência de sanções que restrinjam o direito de a empresa participar de licitações ou de

celebrar contratos com a Administração Pública ou a existência de penalidades aplicadas pela Administração Pública com base na Lei 12.846/2013;

PARÁGRAFO SEGUNDO – A CAIXA poderá promover as diligências que entender necessárias para verificar a aderência do/a CONTRATADO/A à legislação anticorrupção.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO RESSARCIMENTO

O/a CONTRATADO/A autoriza a CAIXA a descontar o valor correspondente aos danos ou prejuízos apurados diretamente dos documentos fiscais pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos em relação a este contrato, independentemente de qualquer procedimento judicial, depois de assegurada a prévia defesa em processo administrativo para apuração dos fatos.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O/a CONTRATADO/A concorda, que, em casos de prejuízos sofridos pela CAIXA em condenações trabalhistas originadas por seus funcionários, tais valores sejam glosados das faturas em quaisquer ajustes mantidos com a CAIXA, independentemente de processo administrativo.

PARÁGRAFO SEGUNDO – O/a CONTRATADO/A concorda com o desconto de valores apurados a crédito da CAIXA em razão de ato lesivo que tenha praticado, tais como o valor de dano apurado no âmbito da Lei Anticorrupção e multa que lhe tenha sido aplicada com base na Lei 12.846/2013, e que tais valores sejam glosados das faturas em quaisquer contratos mantidos com a CAIXA, independente de processo administrativo.

PARÁGRAFO TERCEIRO – O valor a ser ressarcido à CAIXA, nos casos de danos ou prejuízos em que o/a CONTRATADO/A foi responsabilizado/a, será atualizado pelo índice de variação do IGP-M – Índice Geral de Preços de Mercado, da Fundação Getúlio Vargas, obtido no período compreendido entre a data da ocorrência do fato que deu causa ao prejuízo e a data do efetivo ressarcimento à CAIXA, utilizando-se a seguinte fórmula:

$$\text{VAT} = \frac{\text{VIN}}{\text{IDI}} \times \text{IDF, na qual:}$$

VAT = valor atualizado

VIN = valor inicial

IDI = IGP-M/FGV do mês em que ocorreu o prejuízo (índice inicial)

IDF = IGP-M/FGV do mês do ressarcimento (índice final)

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS etc.

Correrão por conta exclusiva do/a CONTRATADO/A:

- I. Todos os tributos que forem devidos em decorrência do objeto deste contrato, bem como as obrigações acessórias deles decorrentes;
- II. As contribuições devidas à Previdência Social, encargos trabalhistas, prêmios de seguro e de acidentes de trabalho, emolumentos e outras despesas que se façam necessárias à execução do objeto deste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato e/ou pelo atraso injustificado na sua execução, garantida a prévia defesa, o/a CONTRATADO/A ficará sujeito/a às seguintes sanções, sem prejuízo das demais combinações aplicáveis:

- I Multa;
- II Suspensão temporária de participação em licitação e contratação com a CAIXA, pelo prazo de até 2 (dois) anos.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A multa será aplicada nas situações, condições e percentuais indicados a seguir:

- I Pelo descumprimento da legislação pertinente à responsabilidade social, ambiental e climática e gerenciamento do risco social, ambiental e climático: multa de 0,5% (cinco) do faturamento mensal; e
- II Pela violação do Código de Conduta do Fornecedor ou Cláusula(s) de segurança da informação e privacidade dispostas no Termo de Referência: 5,0% (cinco por cento) sobre o valor global do contrato e;
- III Pelo atraso na entrega da execução do serviço a Contratada sujeitar-se-á a multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) ao dia sobre o valor do serviço objeto da ocorrência, limitada a 15 dias de atraso. Após o 15º dia de atraso, a Contratada sujeita-se às demais sanções cabíveis e rescisão contratual.

PARÁGRAFO SEGUNDO – A penalidade de suspensão temporária de participação em licitação e contratação com a CAIXA poderá também ser aplicada à empresa ou ao profissional que:

- I Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- II Tenha praticado atos ilícitos no transcurso do procedimento de celebração deste CPSI, bem como durante a realização do objeto da avença;
- III Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a CAIXA em virtude de atos ilícitos praticados;
- IV Deixar de entregar a documentação exigida;

- V Apresentar documentação falsa;
- VI Não manter a proposta/projeto;
- VII Falhar ou fraudar na realização do CPSI;
- VIII Comportar-se de modo inidôneo, incluindo a prática de atos lesivos à Administração Pública previstos na Lei 12.846/2013 e desatender e/ou violar o Código de Conduta do Fornecedor CAIXA.

PARÁGRAFO TERCEIRO – As sanções previstas nos incisos I e II do caput, poderão ser aplicadas concomitantemente.

PARÁGRAFO QUARTO – As multas/glosas não são excludentes entre si e são aplicáveis simultaneamente aos descontos previstos na CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA, sem prejuízo, ainda, de outras cominações previstas no contrato.

PARÁGRAFO QUINTO – As multas/glosas a que o/a CONTRATADO/A der causa serão descontadas do valor a que a CAIXA se comprometeu a investir, disposto na CLÁUSULA SÉTIMA, todavia, em sendo esse valor insuficiente, a CAIXA se reserva o direito de efetivar a cobrança da multa por meio de emissão de Nota de Débito para liquidação pelo/a CONTRATADO/A em unidade da CAIXA.

PARÁGRAFO SEXTO – No caso de ser devida a restituição de valores à CAIXA, sobre a importância a ser devolvida incidirão juros de mora de 1% (um por cento) ao dia, mais multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o total do débito.

PARÁGRAFO SÉTIMO – As penalidades indicadas nesta CLÁUSULA, com exceção da multa de mora, aplicadas pela autoridade competente da CAIXA, após regular processo administrativo e garantida a defesa prévia, serão lançadas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF.

PARÁGRAFO OITAVO – As penalidades serão devidamente publicadas no DOU, mantendo, desta forma, atualizado o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS.

PARÁGRAFO NONO – A penalidade de suspensão aplicada ao/à CONTRATADO/A alcança a figura dos sócios, administradores e dirigentes.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS ILÍCITOS PENAIIS

As infrações penais tipificadas nos artigos 337-E a 337-P do Decreto-Lei nº 2.848/40 (Código Penal) serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO CUMPRIMENTO DO PLANO DE TRABALHO

Para o alcance do objeto ora avençado, o/a CONTRATADO/A se obriga a cumprir o Plano de Trabalho – Anexo II.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA INEXECUÇÃO E DA RESCISÃO DO CONTRATO

A rescisão do contrato se dá:

- I De forma unilateral, assegurada a prévia defesa;
- II Por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo, desde que haja conveniência para a CAIXA e para o contratado;
- III Por determinação judicial;
- IV De forma antecipada pela CAIXA, mediante comunicação escrita à contratada, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Constituem motivo para a rescisão unilateral do contrato:

- I O não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;
- II A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil do/a CONTRATADO/A;
- III O descumprimento do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, que proíbe o trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 anos e qualquer trabalho a menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos;
- IV A prática de atos lesivos à Administração Pública previstos na Lei 12.846/2013;
- V Inobservância da vedação ao nepotismo;
- VI Prática de atos que prejudiquem ou comprometam à imagem ou reputação da CAIXA, direta ou indiretamente.
- VII Razões de interesse público, de alta relevância, amplo conhecimento e devidamente justificadas.
- VIII Se comprovada a inviabilidade técnica, tecnológica ou econômica da solução.

PARÁGRAFO SEGUNDO – A rescisão decorrente dos motivos elencados nos incisos acima será efetivada após o regular processo administrativo, quando for o caso.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Os efeitos da rescisão do contrato serão operados a partir da comunicação escrita sobre o seu julgamento, ou, na impossibilidade de notificação do interessado, por meio de publicação oficial.

PARÁGRAFO QUARTO – Caso a descontinuidade do contrato traga prejuízos à CAIXA, a decisão poderá prever que os efeitos da rescisão ocorrerão em data futura.

PARÁGRAFO QUINTO – Havendo a rescisão do contrato, cessarão todas as atividades do/a CONTRATADO/A, relativamente ao serviço contratado.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA PROPRIEDADE INTELECTUAL

As regras relativas à propriedade intelectual, direito de uso e eventual futura comercialização da Solução Inovadora resultado deste contrato deverão seguir o preconizado no Termo de Referência utilizado no Edital de Contratação.

Todos os direitos relativos à propriedade intelectual sobre o resultado das soluções desenvolvidas no âmbito deste contrato observarão as disposições das Lei nº 9.609/98 (Lei de Software) e Lei nº 13.243/16 (Marco Legal da Ciência, Tecnologia e Inovação).

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A propriedade intelectual dos componentes já existentes na data de assinatura do CPSI e trazidos para integrar a Solução Inovadora pertence ao/à CONTRATADO/A. A incorporação de um componente pré-existente à Solução pelo/a CONTRATADO/A implica a cessão perpétua e não onerosa do direito de uso desse componente e suas eventuais atualizações enquanto parte integrante da Solução Inovadora, no caso de futura aquisição da solução final.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Todo código-fonte, programa de computador, algoritmo, informação técnica ou tecnologia que componha a Solução Inovadora e que tenha sido desenvolvido no âmbito do contrato deve ter sua versão definida e entregue à CONTRATANTE.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Todo conteúdo gerado, coletado ou processado durante a execução contratual (*insights* a partir de dados e estratégias CAIXA) é de uso e propriedade exclusivo da CAIXA. O/a CONTRATADO/A se obriga a entregar todos os dados gerados para a CAIXA e não os divulgar ou os utilizar para outros fins.

PARÁGRAFO QUARTO – Os direitos patrimoniais de propriedade intelectual incidentes sobre os artefatos desenvolvidos especificamente para atendimento do objeto deste CPSI, incluindo, quando aplicável, códigos-fonte, modelos de dados, estruturas de banco de dados, integrações, parametrizações, rotinas, algoritmos, APIs, documentações técnicas, fluxos de processamento, relatórios técnicos e demais entregáveis, pertencerão à CAIXA, assegurando-lhe pleno e irrestrito direito de uso, modificação, evolução, integração, internalização, reprodução e exploração institucional, sem limitação temporal ou territorial.

PARÁGRAFO QUINTO – O/a CONTRATADO/A deverá assegurar que todos os elementos necessários à continuidade operacional e evolutiva da solução sejam entregues de forma completa, estruturada e documentada, de modo a permitir que a CAIXA, a seu critério, mantenha, evolua ou internalize a Solução diretamente ou por intermédio de terceiros, mitigando riscos de dependência tecnológica e assegurando governança sobre o ciclo de vida da Solução.

PARÁGRAFO SEXTO - Sem prejuízo da diretriz geral de titularidade prevista nesta cláusula, admite-se que, em caráter excepcional e devidamente justificado, aspectos específicos relacionados à propriedade intelectual possam ser objeto de ajuste durante a fase de negociação prévia à celebração deste CPSI, especialmente quando envolverem ativos tecnológicos preexistentes, soluções híbridas ou modelos de licenciamento diferenciados, desde que preservados o interesse público, a governança institucional e o uso pleno da Solução pela CAIXA

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO USO E COMERCIALIZAÇÃO

A Solução Inovadora desenvolvida no âmbito do CPSI destina-se, prioritariamente, ao uso institucional da CAIXA, no exercício de seu papel como gestora do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil – SINAPI, nos termos definidos no Termo de Referência.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Concluída a fase de experimentação, a CAIXA, a seu exclusivo critério, poderá deliberar sobre a internalização, manutenção evolutiva e/ou uso institucional da Solução Inovadora, observadas as disposições deste contrato, do Termo de Referência e da Lei Complementar nº 182/2021.

PARÁGRAFO SEGUNDO – A comercialização da Solução, de forma integral ou parcial, pelo/a CONTRATADO/A perante terceiros não constitui objeto deste CPSI e somente poderá ocorrer em caráter excepcional, mediante anuência prévia e expressa da CAIXA, formalizada por instrumento específico.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Havendo sucesso no CPSI, o Contrato de Fornecimento eventualmente firmado entre as partes não poderá superar o limite de até 5 (cinco) vezes o valor máximo definido na Lei Complementar para o CPSI, pelo prazo de 24 (vinte e quatro) meses, prorrogáveis por mais 24 (vinte e quatro) meses, mantendo o atendimento da base total de clientes Pessoa Jurídica (privada, pública, inclusive judiciário e governo) da CAIXA.

PARÁGRAFO QUARTO – O referido Contrato de Fornecimento deverá prever pagamento de valor variável, por meio de Bônus, por cliente fidelizado, ativo na ferramenta e que tenha recebido recomendação inteligente da solução da startup, a fim de motivar a fidelização efetiva dos clientes e não apenas o uso da solução. Além disso, deverá ser previsto deflator para o não cumprimento dos indicadores estipulados no Contrato de Fornecimento.

PARÁGRAFO QUINTO – O/a CONTRATADO/A poderá optar pela comercialização da solução, havendo prévio consenso com a CONTRATANTE, por meio de contrato específico, com valor previamente acordado entre as partes, respeitando o disposto

no PARÁGRAFO TERCEIRO da CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA, referente ao conhecimento gerado a partir de dados e estratégias CAIXA.

PARÁGRAFO SEXTO – Caso não haja consenso sobre o valor para a comercialização da solução entre a CONTRATANTE e o/a CONTRATADO/A, será realizada uma avaliação de mercado (*valuation*) do uso da solução por empresa especializada e independente.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

As partes contratantes, incluindo seus colaboradores, deverão cumprir as disposições da Lei nº 13.709/2018, Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD, durante o tratamento de dados pessoais e dados pessoais sensíveis, observando especialmente os princípios de finalidade, boa-fé e demais diretrizes estabelecidas no art.6º da LGPD.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O/a CONTRATADO/A tem a obrigação de manter sigilo, tanto por ela própria quanto por seus colaboradores ou prepostos, conforme os termos da LGPD, em relação aos dados, informações ou documentos de qualquer natureza que sejam exibidos, manuseados ou que, de qualquer forma, venham a tomar conhecimento ou ter acesso em decorrência deste contrato. Nos termos da lei, o/a CONTRATADO/A será responsável pelas consequências de qualquer tratamento indevido ou uso em desconformidade com o objeto deste contrato.

PARÁGRAFO SEGUNDO – O/a CONTRATADO/A informará formalmente aos seus empregados sobre as obrigações e condições estabelecidas nesta cláusula contratual, incluindo a Política de Proteção de Dados Pessoais da CONTRATANTE, cujos princípios devem ser aplicados ao tratamento de dados pessoais e dados pessoais sensíveis.

PARÁGRAFO TERCEIRO – O/a CONTRATADO/A garantirá que as pessoas autorizadas a tratar os dados pessoais assumam um compromisso de confidencialidade ou estejam sujeitas a obrigações legais de confidencialidade.

PARÁGRAFO QUARTO – É Vedado ao/à CONTRATADO/A realizar o tratamento de dados pessoais decorrente da execução contratual para fins diferentes daqueles especificados no objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

PARÁGRAFO QUINTO – O/a CONTRATADO/A será responsável administrativa e judicialmente por quaisquer danos patrimoniais, morais, individuais ou coletivos causados aos titulares de dados pessoais tratados, decorrentes da execução contratual, em caso de descumprimento da LGPD.

PARÁGRAFO SEXTO – O/a CONTRATADO/A é obrigado/a a informar à CONTRATANTE sobre qualquer incidente de acessos não autorizados aos dados pessoais, bem como situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, para que a

CONTRATANTE possa adotar, se necessário, as providências estabelecidas no art. 48 da LGPD.

PARÁGRAFO SÉTIMO – Quando este contrato for encerrado ou o objeto que implica o tratamento de dados pessoais for alcançado, tais dados deverão ser eliminados, incluindo todas e quaisquer cópias existentes, seja em formato físico ou digital, salvo nos casos de conservação autorizados pelas hipóteses previstas no art. 16 da LGPD.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As custas decorrentes do presente contrato correrão às expensas de dotação orçamentária prevista no pré-comprometimento SAP n. XXXXX.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DAS ALTERAÇÕES DO CONTRATO

Este contrato poderá ser alterado, por acordo entre os partícipes, nos seguintes casos:

- I Quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica e/ou tecnológica aos seus objetivos;
- II Quando necessária a modificação do valor avençado em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos pelo Regulamento de Licitações e Contratos da CAIXA (RLCC) e pela LC nº 182/2021;
- III Quando necessária a modificação em face de verificação técnica e/ou tecnológica da inaplicabilidade dos termos originariamente avençados;
- IV Quando necessária a modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial, *[Adequar as disposições, conforme condições negociadas: (vedada a antecipação de desembolso, com relação ao cronograma financeiro fixado, sem a correspondente contraprestação estabelecida na proposta/projeto ou no Plano de Trabalho.)]*

[Adequar as disposições e Anexos da Cláusula Vigésima segunda a seguir, incluindo e/ou excluindo, conforme o caso concreto].

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DA DOCUMENTAÇÃO INTEGRANTE DO CONTRATO

Fazem parte integrante e complementar deste contrato, os seguintes Anexos:

- Anexo I – Termo de Referência e Descrição do Desafio;
- Anexo II – Plano de Trabalho;
- Anexo III – Declaração de Vedação ao Nepotismo e Impedimentos;

- Anexo IV – Código de Conduta do Fornecedor CAIXA;
- Anexo V – Termo de Recebimento, Ciência e Adesão ao Código de Conduta do Fornecedor CAIXA;
- Anexo VI – Termo de Compromisso de Combate à Corrupção e ao Conluio entre Licitantes e de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática;
- Anexo VII – Termo de Ciência da Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática CAIXA;
- Anexo VIII – Termo de Ciência da Política de Prevenção ao Assédio Moral e Sexual e à Discriminação da CAIXA
- Anexo IX – Termo de Responsabilidade de Segurança da Informação.
- Anexo X – Declaração de Empresas Optantes do Simples Nacional - Anexo IV da IN RBF 1.244/2012;

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O/a CONTRATADO/A é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e documentos apresentados no presente contrato e durante o período de execução do instrumento, obrigando-se a manter as condições de habilitação exigidas quando da assinatura do ajuste, mediante apresentação da documentação a cada desembolso.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Caso seja constatada, mesmo após assinatura do contrato, a existência de informação falsa ou de documento fraudado pelo/a CONTRATADO/A, a CAIXA promoverá a imediata suspensão dos pagamentos/investimentos, especificados na **CLÁUSULA OITAVA**, bem como a aplicação de rescisão prevista na CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Os partícipes ficam, ainda, subordinados às seguintes disposições:

- I Em razão de eventuais alterações estruturais da CAIXA, poderá haver modificações na forma de realização do objeto deste contrato, caso em que a CAIXA notificará o/a CONTRATADO/A para promover as mudanças necessárias;
- II É vedado ao/à CONTRATADO/A caucionar ou ceder os créditos do presente CPSI, para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da CAIXA;
- III No caso de MPE (Microempresa e Empresa de Pequeno Porte) optante pelo Simples Nacional, a Declaração de Empresas Optantes do Simples Nacional, apresentada no ato da assinatura do CPSI e que o integra, permite à

CONTRATADA a obtenção do benefício da dispensa de retenção dos tributos federais, na forma da IN RFB 1.244/2012;

- IV É admitida como válida a assinatura de forma eletrônica dos documentos apresentados, bem como para assinatura do presente CPSI, utilizando Certificado Digital no padrão da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP Brasil ou Sistemas eletrônicos com senha pessoal e intransferível capaz de comprovar a autoria e a integridade dos documentos, na forma do § 2º do art. 10 da Medida Provisória nº 2.200-2/2001.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA – DO FORO

Para dirimir as questões oriundas deste contrato, será competente a Seção Judiciária da Justiça Federal do Estado de _____, na cidade de _____ [indicar Estado/cidade da CECIC]

E por estarem, assim, ajustadas, as partícipes firmam o presente, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Local/data

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Nome: _____

CPF(MF): _____

DENOMINAÇÃO DA CONTRATADA

Nome: _____

CPF(MF): _____

Testemunhas

Nome: _____

CPF(MF): _____

Nome: _____

CPF(MF): _____



ANEXO I DO CONTRATO Nº

TERMO DE REFERÊNCIA E DESCRIÇÃO DO DESAFIO DIVULGADO



ANEXO II DO CONTRATO Nº

PLANO DE TRABALHO

ANEXO III DO CONTRATO Nº**DECLARAÇÃO DE VEDAÇÃO AO NEPOTISMO E IMPEDIMENTOS**

A Contratada DECLARA, sob as penas da Lei, que:

1. Não está com o direito de licitar e contratar com a CAIXA suspenso, ou impedida de licitar e contratar com a União, ou que não tenha sido declarada inidônea para licitar ou contratar com a União, enquanto perdurarem os efeitos da sanção;
2. Não é constituída por administrador ou sócio detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital social que seja dirigente ou empregado da CAIXA;
3. Não é constituída por sócio de empresa que estiver suspensa, impedida ou declarada inidônea;
4. Não tem administrador que seja sócio de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea;
5. Não é constituída por sócio que tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;
6. Não tenha administrador que tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;
7. Não há nos seus quadros de diretoria pessoa que participou, em razão de vínculo de mesma natureza, de empresa declarada inidônea;
8. Não é empregado ou dirigente CAIXA;
9. Não possui relação de parentesco, até o terceiro grau civil, com:
 - a) Dirigente da CAIXA;
 - b) Empregado da CAIXA cujas atribuições envolvam a atuação na área responsável pela licitação, contratação ou pela gestão operacional do contrato e pela autoridade da CAIXA hierarquicamente superior as áreas mencionadas;
 - c) Autoridade do ente público a que a CAIXA esteja vinculada.



10. Não é proprietário, mesmo na condição de sócio, de empresa que tenha terminado seu prazo de gestão ou rompido seu vínculo com a CAIXA há menos de 6 (seis) meses.

Local, _____ de _____ de _____

.....
Assinatura do representante legal da empresa ou Pessoa Física contratada
Nome do representante legal da empresa ou Pessoa Física contratada:

(_____)
Nome/RG/CPF

ANEXO IV DO CONTRATO Nº

CÓDIGO DE CONDUTA DO FORNECEDOR CAIXA

Combate à Corrupção

1 OBJETIVO

1.1 Este Código estabelece premissas norteadoras de comportamento que devem ser observadas pelo fornecedor, com o objetivo de orientá-lo para uma conduta pautada por elevados padrões de ética e integridade, capaz de assegurar relações sustentáveis, compatíveis com a legislação, o interesse público e as aspirações da sociedade.

1.2 Deverá o fornecedor influenciar positiva e proativamente os demais envolvidos na cadeia produtiva, estendendo essa mesma conduta para as partes com quem se relaciona comercial e contratualmente, em especial, fornecedores e prestadores de serviços.

1.3 As condutas levam em consideração não somente o legal e o ilegal, o justo e o injusto, o conveniente e o inconveniente, o oportuno e o inoportuno, mas principalmente o honesto e o desonesto, bem como o sustentável, tendo como fim o bem comum.

1.4 Este Código de Conduta poderá ser alterado pela CAIXA dentro dos parâmetros legais e, conseqüentemente, as alterações terão de ser acompanhadas e seguidas pelo Fornecedor.

2 PADRÕES GERAIS DE CONDUTA

2.1 Este Código de Conduta vincula o Fornecedor da CAIXA a assumir os seguintes compromissos:

2.1.1 Adotar medidas necessárias e efetivas para combater a corrupção e a fraude em todas as instâncias, prevenindo a ocorrência de qualquer tipo de comportamento ilegal.

2.1.2 Adotar as melhores práticas e comportamento ético no exercício das atribuições profissionais ou fora dele, atuando com dignidade, decoro, zelo, eficácia e consciência dos princípios morais, condutas que também devem ser repassadas para toda a sua cadeia de fornecedores.

2.1.3 Tomar conhecimento dos termos da Lei nº 12.846/2013 e de suas regulamentações, reconhecendo sua responsabilidade objetiva pelos atos praticados em seu interesse ou benefício, por qualquer pessoa que o represente.

2.1.4 Adotar mecanismos e procedimentos internos de integridade, auditoria e incentivo à denúncia de irregularidades e a aplicação efetiva de códigos de ética e de

conduta no âmbito da pessoa jurídica, nos termos do § 2º do art. 8º, do Decreto nº 11.129/2022, que regulamentou a Lei 12.846/2013.

2.1.5 Adotar mecanismos, procedimentos internos, capacitação e sensibilização para a adoção e incorporação de critérios e práticas de sustentabilidade na oferta de produtos e serviços, nos termos do Decreto nº 7.746/2012, que regulamenta o artigo 3º da Lei nº 8.666/1993.

2.1.6 Cumprir e fazer cumprir as determinações da legislação ambiental e climática vigente, bem como atuar na prevenção de impactos ambientais e climáticos gerados por seus processos, produtos e serviços e na mitigação, correção ou compensação, quando identificados.

2.1.7 Adotar e estimular a ecoeficiência em seus processos, produtos e serviços, realizando continuamente revisão e aplicação de melhorias, de forma a contribuir para processos eficientes e que gerem menor impacto ao meio ambiente, tais como a redução, reutilização, reciclagem, destinação adequada de resíduos, a implementação de uma política de aquisição de bens cujos materiais sejam atóxicos ou biodegradáveis e a adoção, sempre que possível, de sistemas de logística inversa e reversa, mediante retorno dos produtos após o uso pelo consumidor.

2.1.8 Participar de iniciativas de engajamento em mudanças climáticas e/ou segurança hídrica, quando convidado pela CAIXA.

2.1.9 Adotar a legislação trabalhista vigente, bem como medidas que visem à observância de direitos humanos, tais como a equidade de gênero, o combate ao racismo e a acessibilidade, conforme legislações pertinentes.

2.1.10 Promover ações de sensibilização de seus colaboradores sobre a temática combate à discriminação no trabalho (sexo, raça, cor, deficiência, orientação sexual, partido político, religião, credo, nacionalidade e quaisquer outras formas de discriminação) e a não utilização de práticas de assédio moral ou sexual e os mecanismos para evitá-la com a construção de uma cultura institucional de enfrentamento à discriminação.

2.1.11 Adotar medidas e ações para mitigar, corrigir, prevenir ou compensar danos/impactos relacionados à saúde e segurança de seus funcionários em decorrência das atividades da empresa.

2.1.12 Não utilizar ou contratar fornecedor que utilize mão-de-obra infantil ou trabalho degradante ou análogo ao escravo, conforme previsão em legislação.

2.1.13 Realizar o engajamento e o incentivo a boas práticas socioambientais de seus funcionários, clientes, fornecedores e demais stakeholders.

2.1.14 Adotar em seu processo produtivo ações que contribuam para a redução da geração de resíduos tóxicos e gases de efeito estufa bem como, aquelas que privilegiem a produção local, incentivando o desenvolvimento local e contribuindo para

a redução dos custos de transporte, uso de combustíveis fósseis, emissão de gases de efeito estufa.

2.1.15 Quando solicitado pela CAIXA, responder a pesquisa implementada pelo CDP – *CARBON DISCLOSURE PROJECT*, que trata sobre mudanças climáticas e segurança hídrica ou outra que vier a substituí-la futuramente.

2.1.16 Promover a disseminação da política do Jogo Responsável, que consiste na adoção de diretrizes e práticas voltadas para a prevenção do jogo compulsivo e proteção de pessoas vulneráveis — como menores de idade —, assim como de potenciais transtornos de jogo eventualmente associados a apostas.

2.1.17 De maneira a disseminar o conhecimento sobre o tema Jogo Responsável, divulgar o site www.jogoresponsavel.com.br e incentivar o acesso por seus colaboradores, clientes, fornecedores e demais partes interessadas — *stakeholders* —, contribuindo para a expansão da educação dos apostadores das Loterias Federais considerando as melhores práticas mundiais do Jogo Responsável.

2.2 As violações a este Código de Conduta serão submetidas à avaliação da área responsável na CAIXA, que deliberará sobre o encaminhamento da ocorrência para abertura de Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

3 PADRÕES ESPECÍFICOS DE CONDUTA

3.1 A Pessoa Jurídica, na pessoa dos seus representantes, e todo o seu corpo funcional se comprometem a combater quaisquer práticas lesivas à Administração Pública, tais como:

3.1.1 Prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público, ou a terceira pessoa a ele relacionada.

3.1.2 Financiar, custear, patrocinar ou de qualquer modo subvencionar a prática de atos de corrupção e fraudes.

3.1.3 Utilizar-se de interposta pessoa física ou jurídica para ocultar ou dissimular seus reais interesses ou a identidade dos beneficiários dos atos praticados.

3.1.4 Frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo de procedimento licitatório público.

3.1.5 Impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público.

3.1.6 Afastar ou procurar afastar licitante, por meio de fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo.

3.1.7 Fraudar licitação pública ou contrato dela decorrente.

3.1.8 Criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação pública ou celebrar contrato administrativo.

3.1.9 Obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a administração pública, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais.

3.1.10 Manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com a administração pública;

3.1.11 Dificultar atividade de investigação ou fiscalização de órgãos, entidades ou agentes públicos, ou intervir em sua atuação.

3.2 Se comprometem, ainda, em observância à Lei nº 12.846/13 e regulamentações a adotar as seguintes ações:

3.2.1 Diligenciar para que todos os seus colaboradores e representantes conheçam e cumpram este Código.

3.2.2 Informar imediatamente à CAIXA, caso venha a tomar conhecimento de qualquer indício de violação a este Código ou às leis pertinentes.

3.2.3 Caso tenha conhecimento, identificar e discriminar pessoas que estejam agindo em seu nome, ou por sua conta e ordem, que prometeu, deu ou ofereceu, direta ou indiretamente, vantagem ou promessa de vantagem a qualquer agente público, ou esteve envolvido na prática de atos ilícitos referentes a crimes contra a administração pública.

3.2.4 Adotar mecanismos e procedimentos para a prevenção dos crimes de lavagem de dinheiro em sintonia com a pertinente legislação, em especial, a Lei 9.613/98, bem como, dar conhecimento tempestivo à CAIXA de delitos da espécie consumados ou tentados que a ela se relacionem.

3.2.5 Combater qualquer iniciativa que vá de encontro à livre concorrência, inclusive as indutoras à formação de cartel.

3.2.6 Proteger a reputação da CAIXA, resguardando-a de ações e atitudes inadequadas que comprometam a sua imagem, praticadas direta ou indiretamente por pessoas que estejam agindo em nome da Pessoa Jurídica ou por sua conta.

3.3 A Pessoa Jurídica buscará adotar Código de Ética próprio, a fim de priorizar e sistematizar os seguintes Valores em sua governança corporativa:

3.3.1 Respeito - As pessoas são tratadas com ética, justiça, respeito, cortesia, igualdade e dignidade, sendo exigido de dirigentes, empregados e parceiros absoluto respeito pelo ser humano, pelo bem público, pela sociedade e pelo meio ambiente.

3.3.2 Honestidade – Os negócios são geridos com honestidade, estando o interesse público em 1º lugar, em detrimento de interesses pessoais, de grupos ou de terceiros.

3.3.3 Compromisso - Os dirigentes, empregados e parceiros estão comprometidos com o mais elevado padrão ético no exercício de suas atribuições profissionais, com o cumprimento das leis, das normas e dos regulamentos internos e externos que regem a empresa.

3.3.4 Transparência - Aos clientes, parceiros comerciais, fornecedores e à mídia é dispensado tratamento equânime na disponibilidade de informações claras e tempestivas, por meio de fontes autorizadas e no estrito cumprimento da legislação aplicável.

3.3.5 Responsabilidade – as ações são pautadas nos preceitos e valores éticos deste Código, de forma a eliminar ações e atitudes corruptivas, bem como proteger o patrimônio público, com a adequada utilização das informações, dos bens e demais recursos colocados à disposição para a gestão eficaz dos negócios, garantindo proteção a quem denunciar as violações a este Código.

3.3.6 Responsabilidade social, ambiental e climática – forma de gestão e realização de negócios de uma empresa, que incorpora considerações sociais (respeito, proteção, promoção de direitos e garantias fundamentais e de interesse comum), ambientais (preservação e reparação do meio ambiente, incluindo sua recuperação) e climáticas (contribuições institucionais para uma economia de baixo carbono - redução/compensação - e redução dos impactos ocasionados por intempéries e alterações ambientais de longo prazo) em seus processos decisórios, bem como a responsabilidade pelos impactos de suas decisões e atividades na sociedade e no meio ambiente.

ANEXO V DO CONTRATO Nº

TERMO DE RECEBIMENTO, CIÊNCIA E ADESÃO
AO CÓDIGO DE CONDUTA DO FORNECEDOR CAIXA

[NOME DA EMPRESA OU FORNECEDOR], inscrita(o) no [CNPJ OU CPF], por meio do seu representante devidamente constituído, [IDENTIFICAÇÃO COMPLETA DO REPRESENTANTE DO FORNECEDOR], DECLARA, sob as penas da lei, para fins de formalização de contratação com a CAIXA, que:

1. Recebeu uma cópia integral do Código de Conduta do Fornecedor CAIXA;
2. Tomou conhecimento de todos os seus termos e se compromete a cumpri-los integralmente;
3. Compartilhará as condutas contidas neste Código com seus empregados, sua respectiva cadeia produtiva e seus subcontratados, quando for o caso;
4. Não tem conhecimento de qualquer violação ou indício de violação a este Código ou à legislação anticorrupção;
5. Compromete-se a informar à CAIXA caso tome conhecimento de qualquer violação ou indício de violação a este Código ou da legislação anticorrupção;
6. Tem conhecimento de que a manutenção da relação contratual com a CAIXA implica na concordância em seguir este Código e suas eventuais alterações, aditamentos ou revisões futuras;
7. Compromete-se a acessar o endereço eletrônico www.licitacoes.caixa.gov.br, para manter-se atualizado em razão de possíveis alterações neste Código de Conduta.

Local, data.

(Assinatura)
(Nome e cargo)

ANEXO VI

TERMO DE COMPROMISSO DE COMBATE À CORRUPÇÃO E AO CONLUÍO ENTRE LICITANTES E DE RESPONSABILIDADE SOCIAL, AMBIENTAL E CLIMÁTICA

[NOME DA EMPRESA], inscrita no CNPJ/MF nº, por meio do seu representante devidamente constituído, [IDENTIFICAÇÃO COMPLETA DO REPRESENTANTE DA LICITANTE], doravante denominado [Licitante], para atendimento ao Edital de Licitação CAIXA n.º / .

- Consciente de que a sociedade civil brasileira espera dos agentes econômicos a declaração de adesão a princípios, atitudes e procedimentos que possam mudar a vida política do País, assim como anseia pela efetiva prática de tais princípios;
- Desejosa de oferecer à nação uma resposta à altura das suas expectativas;
- Determinada a propagar boas práticas de ética empresarial, que possam erradicar a corrupção do rol das estratégias para obter resultados econômicos;
- Ciente de que a erradicação das práticas ilegais, imorais e antiéticas depende de um esforço dos agentes econômicos socialmente responsáveis para envolver em tais iniciativas um número cada vez maior de empresas e organizações civis;

Sob as penas da lei, em especial o art. 299 e arts. 337-E a 337-P do Código Penal Brasileiro, se compromete a:

1. Adotar, ou reforçar, todas as ações e procedimentos necessários para que as pessoas que integram as suas estruturas conheçam as leis a que estão vinculadas, ao atuarem em seu nome ou em seu benefício, para que possam cumpri-las integralmente, especialmente, na condição de fornecedor de bens e serviços para a CAIXA;
2. Proibir ou reforçar a proibição de que qualquer pessoa ou organização que atue em seu nome ou em seu benefício dê, comprometa-se a dar ou ofereça suborno, assim entendido qualquer tipo de vantagem patrimonial ou extrapatrimonial, direta ou indireta, a qualquer funcionário CAIXA, nem mesmo para obter decisão favorável aos seus negócios;
3. Proibir ou reforçar a proibição de que qualquer pessoa ou organização que aja em seu nome, seja como representante, agente, mandatária ou sob qualquer outro vínculo, utilize qualquer meio imoral ou antiético nos relacionamentos com funcionários CAIXA;
4. Evitar que pessoa ou organização que atue em seu nome ou em seu benefício estabeleça qualquer relação de negócio com as pessoas físicas ou jurídicas, dentro de sua cadeia produtiva, que tenham sido declaradas inidôneas pela Administração Pública;

5. Não tentar, por qualquer meio, influir na decisão de outro participante quanto a participar ou não da referida licitação;

6. Apoiar e colaborar com a CAIXA em qualquer apuração de suspeita de irregularidade ou violação da lei ou dos princípios éticos refletidos nesta declaração, sempre em estrito respeito à legislação vigente;

E, ainda, declara que:

7. A proposta apresentada nesta licitação foi elaborada de maneira independente e que o seu conteúdo, bem como a intenção de apresentá-la não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado a, discutido com ou recebido de qualquer outro participante em potencial ou de fato do presente certame, por qualquer meio ou por qualquer pessoa antes da abertura oficial das propostas;

8. Esta empresa e seus sócios-diretores não constam em listas oficiais por infringir as regulamentações pertinentes a valores sócios-ambientais, bem como não contrata pessoas físicas ou jurídicas, dentro de sua cadeia produtiva, que constem de tais listas;

9. Está plenamente ciente do teor e da extensão deste documento e que detém plenos poderes e informações para firmá-lo.

_____, ____ de _____ de _____

[REPRESENTANTE LEGAL DA LICITANTE,
COM IDENTIFICAÇÃO COMPLETA]



ANEXO VII DO CONTRATO Nº

TERMO DE CIÊNCIA DA PRSAC CAIXA

Nome Fantasia	CNPJ
---------------	------

Endereço	Telefone
----------	----------

Nome do Representante Legal	CPF
-----------------------------	-----

Declaramos estar cientes das diretrizes da Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática disponíveis na página de Sustentabilidade CAIXA (<https://www.caixa.gov.br/sustentabilidade>) e que nos comprometemos a observar as referidas diretrizes no relacionamento com a CAIXA com FORNECEDORES.

_____, _____ de _____ de _____.
Local/Data

Assinatura do Representante Legal

ANEXO VIII DO CONTRATO Nº**TERMO DE CIÊNCIA DA POLÍTICA DE PREVENÇÃO E COMBATE AO ASSÉDIO MORAL E SEXUAL E À DISCRIMINAÇÃO DA CAIXA**

Nome Fantasia	CNPJ
---------------	------

Endereço	Telefone
----------	----------

Nome do Representante Legal	CPF
-----------------------------	-----

Declaramos estar cientes das diretrizes da Política de Prevenção e Combate ao Assédio Moral e Sexual e à Discriminação disponíveis na página de Sustentabilidade CAIXA <https://www.caixa.gov.br/Downloads/caixa-governanca/Politica-de-Combate-ao-Assedio-Moral-Sexual-Discriminacao.pdf> (ou pelo site www.caixa.gov.br, aba "Downloads", no link "A CAIXA – Governança Corporativa") e que nos comprometemos a observar as referidas diretrizes no relacionamento com a CAIXA.

_____, _____ de _____ de _____.
Local/Data

Assinatura do Representante Legal

ANEXO IX DO CONTRATO Nº**TERMO DE RESPONSABILIDADE DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO –
Exclusivo para Prestador de Serviço**

Nome do Usuário	CPF
Empresa	Função
Lotação	Telefone

Declaro ter permissão de acesso às informações da CAIXA, ou sob sua responsabilidade, recebidas do gestor responsável, necessárias ao desempenho das atividades executadas para a empresa contratada pela CAIXA, à qual sou vinculado, e comprometo-me a cumprir o disposto nos itens a seguir:

1. Conhecer e cumprir, rigorosamente, a Política de Segurança e Informação – PO007 – e demais normas e procedimentos da CAIXA relativos à segurança da informação;
2. Estar ciente de que os acessos aos quais se referem o presente Termo foram concedidos para uso exclusivo nas atividades a que se destinam e de que a CAIXA disponibiliza o acesso à Internet, inclusive Redes Sociais, como ferramenta de trabalho;
3. Observar a classificação das informações às quais tiver acesso, de acordo com os critérios estabelecidos pela CAIXA em função das atividades por mim executadas;
4. Não utilizar meus acessos para visualizar informações ou dados desnecessários ao exercício de minhas atividades;
5. Não utilizar meus acessos para copiar ou remover recursos computacionais, informação de propriedade da CAIXA ou por ela administrada, sem autorização para esse fim;
6. Não utilizar meus acessos para interferir em serviços, provocando, por exemplo, congestionamento, alteração, lentidão ou interrupção do tráfego da rede CAIXA;
7. Não utilizar os recursos e acessos disponibilizados pela CAIXA para tratar de assuntos pessoais, criticar a CAIXA e/ou seus empregados, ou em atividades

ilegais como difamação, discriminação, obscenidade, pornografia, ameaça, roubo, tentativa de acesso desautorizado a dados ou tentativa de burlar medidas de segurança em sistemas, interceptação de mensagens eletrônicas e violação de direitos autorais;

8. Respeitar os direitos de propriedade, instalando e/ou utilizando somente recursos tecnológicos autorizados e com as respectivas licenças de uso válidas;
9. Não citar ou discutir assuntos internos da CAIXA em ambientes públicos, físicos ou virtuais, e não publicar/compartilhar nas redes sociais qualquer assunto ofensivo à imagem da CAIXA e de seus empregados, rotinas de trabalho e funcionamento das unidades, além de fotos e imagens do interior das unidades da CAIXA que fragilizem a segurança e exponham informações;
10. Não revelar, dentro ou fora da CAIXA, fato ou informação interna ou confidencial de que tenha ciência em razão das atividades desempenhadas para a empresa contratada pela CAIXA, à qual sou vinculado;
11. Comunicar ao preposto da empresa contratada qualquer suspeita ou evidência de transgressão às normas em vigor, principalmente para os casos em que ficar comprovado o comprometimento de informação corporativa da CAIXA ou sob sua responsabilidade, evitando que a imagem da CAIXA seja colocada em risco junto ao seu público interno e externo.

Estou ciente de que:

- a CAIXA se reserva o direito de monitorar a utilização dos ativos de informação disponibilizados aos usuários, para assegurar o fiel cumprimento das orientações contidas na PO007;
- as responsabilidades quanto à segurança da informação se estendem além do horário de trabalho e continuam mesmo depois de encerrado o contrato de trabalho, para as informações obtidas em virtude das atividades executadas para a empresa contratada pela CAIXA;
- o descumprimento de qualquer item deste Termo pode acarretar a aplicação das sanções citadas nos contratos de prestação de serviço, aplicável à empresa contratada, e, ainda, nos demais processos legais e responsabilidades civil e penal cabíveis, também aplicáveis ao prestador de serviço/preposto.

OBS.: A PO007 (Política de Segurança e Informação) está disponível publicamente no site da CAIXA, no endereço <www.caixa.gov.br>, clique na aba "Downloads", item "Governança



Corporativa”, no link “Política de Segurança e Informação”, ou acessado diretamente pelo endereço <https://www.caixa.gov.br/Downloads/caixa-governanca/politica-seguranca-informacao.pdf>.

_____, ____ de ____ de ____
Local/Data

Assinatura do usuário

Nome, CPF e Assinatura do
Representante/Chefia imediata

ANEXO X DO CONTRATO Nº**DECLARAÇÃO DE EMPRESAS OPTANTES PELO SIMPLES NACIONAL –**
ANEXO IV DA IN RBF 1.244/2012

Ilmo. Sr.
Gerente da Caixa Econômica Federal

(nome da pessoa jurídica ou pessoa física), com sede na (sede e endereço completo), inscrita/o no CNPJ ou CPF sob o nº _____, DECLARA à CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, para fins de não incidência na fonte do IRPJ, da CSLL, da COFINS, e da Contribuição para o PIS/PASEP, a que se refere o art. 64 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, que é regularmente inscrita no Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Simples Nacional, de que trata o art. 12 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

Para esse efeito, a declarante informa que:

I - Preenche os seguintes requisitos:

- a) conserva em boa ordem, pelo prazo de 5 (cinco) anos, contado da data da emissão, os documentos que comprovam a origem de suas receitas e a efetivação de suas despesas, bem como a realização de quaisquer outros atos ou operações que venham a modificar sua situação patrimonial; e
- b) cumpre as obrigações acessórias a que está sujeita, em conformidade com a legislação pertinente;

II - o signatário é representante legal desta empresa, assumindo o compromisso de informar à Secretaria da Receita Federal do Brasil e à CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, imediatamente, eventual desenquadramento da presente situação e está ciente de que a falsidade na prestação dessas informações, sem prejuízo do disposto no art. 32 da Lei nº 9.430, de 1996, o sujeitará, com as demais pessoas que para ela concorrem, às penalidades previstas na legislação criminal e tributária, relativas à falsidade ideológica (art. 299 do Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal) e ao crime contra a ordem tributária (art. 1º da Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990).

_____, de _____ de _____
Local/Data

Assinatura do Responsável